



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8048

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Subsídios: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Adjuntos, Chefes de Sessão e Divisão do Executivo e de Vereadores

**Autoria:** Mesa Diretora

**Data:** 20/12/2011

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 223/2011. Dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito Municipal, Vice-prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura de 2013 a 2016, e contém outras providências. (Referente à Lei nº 4.460, de 22/12/2011).

**Controle Interno – Caixa:** 24

**Posição:** 13

**Número de folhas:** 06

---

Espécie: PL  
Categoria: Subsídios  
Cr: 24  
Ordem: 13  
nº fls: 04



173/2011

22.12.2011

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 223/2011.

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Fixação dos Subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, e Secretários Municipais para a Legislatura de 2.013 a 2.016 e Contém Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em 20/12/2011

Comissão de Legislação e Justiça.

1 -

2 - A MOVENDO EM REGIME DE URGÊN

3 - CIA EM 22.12.2011.

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 223/2011

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL, VICE-PREFEITO, E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA DE 2.013 A 2.016 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Montes Claros-MG., por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu seu Presidente no uso das atribuições previstas no parágrafo 7º do art. 54 da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica fixado em parcela única no Valor de R\$ 24.723,13 (vinte e quatro mil, setecentos e vinte três reais e treze centavos), o subsídio mensal, do Prefeito Municipal de Montes Claros -MG, para a legislatura de 2013/2016.

Art. 2º - Fica fixado em parcela única no Valor de R\$ 16.482,08 (dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oito centavos), o subsídio mensal, do Vice-Prefeito Municipal de Montes Claros -MG, para a legislatura de 2013/2016.

Art. 3º - Fica fixado em parcela única no Valor de R\$ 10.309,92 (dez mil, trezentos e nove reais e noventa e dois centavos), os subsídios mensais, dos Secretários Municipais de Montes Claros -MG, e R\$ 8.247,94 (oito mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos) para os Secretários Municipais adjuntos, para a legislatura de 2013/2016.

Art 4º - Ficam vedadas verbas de representação, gratificações ou quaisquer adicionais remuneratórios, de que natureza for, aos subsídios mensais ora fixados.

Art. 5º - O Prefeito, vice-Prefeito e os secretários farão jus a uma parcela correspondente aos valores do subsídio, a ser paga no mês de dezembro, proporcionalmente ao efetivo exercício do cargo no ano.

Art. 6º - Os subsídios fixados nos artigos anteriores serão recompostos anualmente, sempre no mês de Janeiro, utilizando-se como índice oficial de recomposição do valor da moeda, a variação do INPC/IBGE dos últimos 12 meses, ou outro que vier a substituí-lo, caso o mesmo seja extinto.

Parágrafo único – A primeira recomposição ocorrerá no mês de janeiro de 2014.



## **Câmara Municipal de Montes Claros**

---

Art. 7º - Os recursos para satisfazer as despesas decorrentes desta Lei serão os previstos nos orçamentos anuais.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de Janeiro de 2.013.

Câmara Municipal de Montes Claros - MG., 13 de Dezembro de 2.011

  
**Vereador Valcir Soares da Silva**  
Presidente da Câmara

  
**Vereador Sebastião Ildu Maia**  
1º Secretário da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_ Sessão POR  
RÉGIME DE URGÊNCIA  
EM 22 DE DEZEMBRO DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS -MG**

**Estimativa do Impacto orçamentário – Financeiro 14/2011  
(artigo 16 LC 101/2000)**

**O impacto orçamentário e financeiro das despesas decorrentes da fixação dos subsídios do Prefeito, vice-Prefeito e Secretários Municipais do Município de Montes Claros, serão elaborados pelo Poder Executivo, que adotará todas as medidas necessárias para cumprimento desta Lei, estabelecendo medidas compensatórias caso sejam necessárias.**

Montes Claros-MG., 13 de dezembro de 2011

**IVAN FONSECA DE OLIVEIRA**  
Contador CRC/MG 39.291

**Declaração de Compatibilidade da Despesa  
(Art. 16, Inciso II da LC 101/2000)**

Declaro, para os devidos fins que a ampliação da despesa supra citada, terá adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária e estará compatível com o plano plurianual e com a Lei de diretrizes Orçamentárias.

Montes Claros-MG., 13 de dezembro de 2011

**VALCIR SOARES DA SILVA**  
Presidente da Câmara.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 223/2011 QUE “Dispõe sobre a Fixação dos Subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura de 2.013 a 2.016 e Contém Outras Providências.”, de autoria da Mesa Diretora**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem por fim fixar os subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a Legislatura de 2.013 a 2.016.


Nos termos da Lei Orgânica e da própria Constituição Federal, compete ao Legislativo fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais em uma Legislatura para a próxima Legislatura.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou em sua iniciativa.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de dezembro de 2011.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605